

# Juventude e Tráfico de Drogas na Cidade do Rio de Janeiro



## **Alba Zaluar**

*Fundadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Antes de mais nada, quero agradecer o convite que me foi feito e dizer que tenho uma grande preocupação, aliás diminuída depois de ouvir o juiz que me antecedeu falar sobre a perspectiva multidisciplinar. É a de que preciso esclarecer em que posso contribuir para a discussão em curso diante de uma platéia composta principalmente de policiais, juízes e promotores. Como antropóloga, posso, por exemplo, ajudar a polícia que se quer pró-ativa e não reativa a se antecipar ao crime, ou seja, mostrar como se pode trabalhar na perspectiva da prevenção do crime, mesmo os considerados mais graves como o homicídio. Para isso, a antropologia e a sociologia podem contribuir ao estudar os processos sociais, a formação de contextos sociais favoráveis à prática de crimes, que inclui também a formação subjetiva criminógena ou a interiorização de práticas sociais nas pessoas (principalmente nos jovens), de modo a mostrar onde estão os nódulos nesses contextos sociais objetivos e na subjetividade de seus atores, bem como discutir o que dever-se-ia planejar para fazer retroceder tais processos sociais e formações subjetivas que estão encaminhando um número crescente de jovens para a criminalidade.

Essa é a questão: por que tantos jovens no Brasil, a partir do final da década de 70,

passaram a se envolver cada vez mais com crimes, e crimes cada vez mais violentos? Em que a nação, enquanto sociedade que socializa formal e informalmente os mais jovens, falhou? Por que, por exemplo, entre aquilo que é aceito moralmente e a lei parece que o divórcio aumentou? Eu não vou falar sobre a questão do uso da droga, mas eu diria que um dos problemas começa justamente com a proibição do uso de certas substâncias e a permissão de outras que são igualmente ou apenas um pouco menos danosas. A dificuldade do entendimento não está só no antropólogo que estuda, não está só no psicólogo que atende, mas está também no juiz que tem que decidir a pena, está provavelmente no policial, cujo registro vai decidir se um jovem será processado como traficante ou usuário. Enfim, esta confusão está no início de toda a nossa problemática na medida em que cria divergências quanto ao que é moralmente aceito, quanto ao que provoca perigos e danos aos cidadãos. Evidentemente é preciso enfrentá-la sabendo que o Brasil é signatário de uma convenção internacional e que nela algumas drogas são proibidas e outras não. Fiquei muito feliz de ouvir o juiz, porque acho que, com relação ao usuário, muito se avançou, mas, em relação ao tráfico, os sérios problemas continuam.

O meu foco vai ser a cidade do Rio de Janeiro, onde desenvolvi desde 1980 muitas pesquisas etnográficas, mas também duas pesquisas de vitimização, uma desenvolvida entre o final de 2005 e 2006, em toda a cidade do Rio de Janeiro, e a outra em 2007, feita apenas em favelas da cidade, sendo que a primeira pesquisa de vitimização incluiu 20% de favelas, que é mais ou menos o percentual da população do Rio de Janeiro que vive nelas. O mesmo instrumento foi utilizado nas duas pesquisas: um

questionário longo aplicado segundo amostra aleatória em três estágios para garantir a representatividade. Foram 3435 pessoas entrevistadas na primeira pesquisa, 660 na segunda. Isto quer dizer que cada pessoa entrevistada representa 1.500 outras, com a possibilidade de fazer muitos cruzamentos e correlações entre as variáveis relativas às condições sócio-econômicas da população da cidade e as experiências de vitimização, percepção de crime, medo e insegurança, relações com vizinhos, imagens e vivências com as polícias militar, civil e guarda municipal. Além disso, hoje é possível fazer muitas tabelas, séries históricas e gráficos a partir dos dados de mortes violentas do DATASUS, Ministério da Saúde.

Vou falar muito rapidamente sobre a globalização econômica e cultural que é preciso levar em consideração. Mas eu diria que o problema no Brasil é que tais processos globais se tornam muito mais graves, muito mais problemáticos onde a institucionalidade apresenta falhas ou fraquezas, como no Brasil. O crime negócio, que existe há séculos, teve novo impulso com o tráfico de drogas e armas, passando a ameaçar a organização, a governança e um dos princípios básicos da existência do estado: o monopólio legítimo da violência. Isto aconteceu de alguma maneira no mundo todo, mas as ameaças à governabilidade foram sempre maiores onde a institucionalidade é fraca e inconsistente, já que favorece corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia e a discriminação no sistema de Justiça, ineficiência das políticas de prevenção e tratamento. O divórcio entre o real e o legal, que existe em toda parte no que se refere ao uso das drogas, aqui se ampliou para a aceitação, por exemplo, de práticas de

corrupção, de roubo e até mesmo de assassinato da parte de agentes da lei e da parte dos jovens que foram se envolvendo com o tráfico.

Sem dúvida nenhuma houve um aumento brutal dos crimes violentos no Brasil, especialmente de homicídios. Triplicaram em várias cidades durante a década de 80, como no Rio de Janeiro, aumentaram várias vezes na década de 90 em outras cidades. Eu não vou citar todas porque não interessa aqui fazer listas das cidades mais violentas do país – é só para chamar atenção para o fato que não é o Rio de Janeiro que está em questão, mas o que vem da própria maneira como as instituições brasileiras se comportaram diante do novo problema, que é o das associações criminosas em torno do tráfico de drogas.

O aumento da violência, medida pelas mortes por agressões, por sua vez, criou insegurança e onerou ainda mais os custos do sistema de saúde e de segurança. E isto causou prejuízos até mesmo na execução de outras políticas públicas na medida em que os maiores custos com a segurança pública diminuíram as verbas para outras políticas importantes no combate à pobreza, como a educação e a saúde, esta onerada ainda mais com a hospitalização de vítimas da violência, as vidas perdidas de pessoas economicamente ativas, as doenças decorridas do estresse, etc. As mortes atingem principalmente homens jovens.

É preciso, pois, pensar sobre os paradoxos da democratização ocorrida no Brasil a partir do final da década de setenta, justo quando se inicia o padrão de aumento progressivo dos homicídios no país. O processo de redemocratização foi iniciado em 1978, justo quando os colombianos

inventavam novas formas de produzir a cocaína, barateando muito o seu preço, e o uso da substância psicotrópica se espalha pelo mundo junto com uma maneira de negociar ilegalmente associada ao uso de armas para resolver quaisquer conflitos. Por isso foi acompanhado por aumento espetacular da criminalidade violenta, em especial o homicídio entre homens jovens. O paradoxo está em que a nação brasileira, que havia sido construída pelos ideais da cordialidade e da conciliação, com práticas de tolerância racial, étnica e religiosa, assistiu serem reforçados os mecanismos da vingança pessoal e dos impulsos agressivos incontroláveis. O Brasil tinha então outra imagem para os próprios brasileiros e para o mundo, uma imagem de um país em que a alegria de viver, a cordialidade, a tolerância racial e religiosa eram as marcas.

No processo de redemocratização, nem o perdão nem a pacificação entre os campos opostos foram discutidos publicamente ao término do regime militar. Foi uma trama ocorrida nos bastidores do poder que finalmente resultou numa série de acordos. A própria idéia do perdão não foi discutida e muitos criminosos sem perdão ficaram apenas impunes, favorecendo sua permanência no mundo do crime.

Finalmente, e não menos importante, a redemocratização permanece incompleta na medida em que não mudou a estrutura das Polícias Militares nem o controle interno e externo dos excessos no uso da força policial, ainda praticados em níveis que colocam o Brasil entre os países em que a Polícia mata civis no mundo. Isto inclui o acesso e o controle das armas e munições exclusivas das Forças Armadas, que têm sido continuamente furtadas e encontradas nas mãos de traficantes.

Isto não facilita em absoluto a transformação da Polícia Militar em uma polícia pró-ativa, numa polícia que tenha mais ligação com a comunidade, uma polícia que venha a fazer da inteligência, da investigação, uma atividade muito mais importante do que a repressão violenta. Eu sei que esse é um tema polêmico, mas eu faço questão de dizer o que eu penso a respeito disso depois de tantos anos de estudo. Em mais de 600, 700 entrevistas feitas com pessoas que moram em bairros pobres e favelas, ouvi várias dizerem que o problema começou quando a Polícia Militar passou a fazer o policiamento ostensivo no lugar da Guarda Civil que foi engolida por ela no Rio de Janeiro no final da década de 60 durante o regime militar. Além disso, a questão do acesso às armas exclusivas das Forças Armadas é um problema seriíssimo que não foi resolvido. Por quê? No meu entendimento ele é muito pouco investigado, não há um esforço em entender como se dá esse fluxo de armas que são importadas, armas que são contrabandeadas, e que são levadas por policiais corruptos e também membros das Forças Armadas para traficantes da favela. Isso se deu durante muitos anos, desde o final da década de 70. Desde 1980, quando eu comecei minhas pesquisas no Rio de Janeiro, ouço os moradores dizerem que quem traz a arma é a polícia, o que foi confirmado em todas as favelas onde pesquisas foram feitas pela equipe que coordeno.

O segundo ponto polêmico a ser discutido é a afirmação de que a repressão ao crime estimula o crime. Por quê? Porque onde não há uma investigação própria sobre as atividades ilegais dos agentes da lei, e também porque a repressão a essa atividade econômica lucrativa e ilegal, inclusive o uso de drogas ilegais cria a tentação da

corrupção para o policial que vai decidir sobre o futuro da pessoa envolvida. A partir da facilidade da corrupção de agentes da lei por conta da quantidade de dinheiro envolvido no tráfico, assim como a violência advinda do negócio ilegal, uma série de atores passa a estar interessada em manter a ilegalidade por essas vantagens que obtém.

Há também o fato de que, durante muitos e muitos anos, a repressão esteve exclusivamente focalizada nos jovens pobres, pretos e pardos, que não são os personagens que enriquecem com a atividade econômica ilegal. Eu fiz recentemente uma pesquisa com extratraficantes que haviam passado pela prisão e nenhum deles tinha bens, após os anos de detenção. Certamente há os que enriqueceram, mas não a maior parte dos pequenos traficantes que acabam presos. Ou seja, a sedução do dinheiro fácil e do poder adquiridos pelas armas e pelo tráfico não passa de uma armadilha para os jovens pobres. Este conhecimento sociológico tem que ser transmitido urgentemente aos jovens vulneráveis como parte da prevenção. A ilusão do "dinheiro fácil" atrai o jovem pobre para a quadrilha, mas enriquece outros personagens impunes e ricos: receptadores de bens roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, policiais corruptos, seguranças privados ou milícias.

De fato, o Brasil deixou de investigar aqueles que mais ganham com essa tragédia que nos atingiu como coletividade nas últimas décadas: os traficantes do atacado, os contrabandistas de armas, os policiais corruptos, os seguranças privados que não fazem nenhum curso especializado nem são controlados pela Polícia Federal. Jovens

pobres e negros presos como traficantes criam a superpopulação carcerária, tornam o funcionamento do sistema jurídico no país injusto, aumentando a revolta e a opção pelo comportamento desviante. Os traficantes postos na prisão sabem que os seus fornecedores, aqueles que levavam armas e drogas para eles, melhor dizendo os grandes fornecedores não são investigados. Há também um tráfico de pequena escala, “formiguinha”, feito por meio de “mulas” carregadeiras que trazem essas mercadorias em pequenas quantidades em suas bagagens, e estes são os únicos presos. Os grandes fornecedores não são encontrados na prisão, o que aumenta ainda mais o divórcio com a lei e a desconfiança em relação ao sistema de justiça, razões para aumentar a revolta e a opção que jovens pobres fizeram pelo comportamento desviante. Uma justiça mais equânime e eficiente é fundamental na prevenção do crime.

No que se refere à facilidade no acesso às armas, como já disse o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, temos que considerar a história da cidade que foi a capital do país entre 1688 e 1960. Havia, portanto, na cidade desde muito tempo, vários paióis com muitas armas e munições, que acabaram, devido à dificuldade de controle interno, extravasando para locais em que a informalidade, no que diz respeito à propriedade da terra e da residência, permanece não resolvida. Por isso são chamadas de “aglomerados subnormais” ou “favelas”. Nas favelas do Rio muitos problemas relativos à infra-estrutura urbana – de luz, água, até mesmo saneamento básico -- já foram dirimidos, embora não estejam totalmente resolvidos. No entanto, a questão da propriedade permanece a

mesma, tendo o acesso – quem pode ou não ir morar na favela – cada vez mais dependendo das decisões ou permissões daqueles que controlam a favela, sejam eles traficantes bem armados, ou milícias, igualmente armadas, mas sem acumular, no local, armas para guerras com grupos rivais ou com a polícia, visto que policiais as controlam.

Polícias civis e militares fazem incursões armadas em favelas e bairros pobres para confrontar os traficantes em embates armados. Mas são principalmente policiais corruptos que levam armas para os traficantes favelados, sendo pouco investigados e punidos. Grande quantidade de armas torna-se disponível para os jovens moradores das favelas tidas como perigosas porque dominadas pelos traficantes. O porte de armas de fogo por estes se explica pela lógica da guerra: competidores no negócio das drogas se tornam inimigos mortais que é preciso dissuadir pelo aumento progressivo do arsenal de armas e homens da quadrilha. No entanto, esta lógica se expande e extravasa para os pequenos grupos a que pertencem os jovens, tais como turmas e galeras. Jovens passam a andar armados para evitar serem vitimizados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas. A facilidade de obter armas que os jovens encontram nas favelas dominadas por traficantes, onde os próprios donos das armas, também denominadas de paiol, as emprestam para outros jovens assaltar e matar no caso de invasões e vinganças, faz com que o valor atribuído a um homem passe pela posse da arma, e com isso conquistar o que eles chamam “consideração” ou “conceito”. Para usá-la, tem que adquirir o que denominam “disposição para matar”. Ou seja, precisa se

tornar uma pessoa mais dura, mais cruel, insensível ao sofrimento alheio. O contágio de idéias e as posturas da crueldade e insensibilidade ao sofrimento alheio se espalham entre eles, naturalizadas como se não houvesse outra maneira de se comportar. O grupo de pares vem a ser o maior preditivo de delinqüência entre homens jovens, principalmente homicídios por arma de fogo.

É isso que um autor americano chamou da ecologia do perigo, mostrando que nas cidades americanas pesquisadas em que colegas têm armas, a possibilidade de que um jovem venha também a ter armas é 19 vezes maior do que nas áreas em que os colegas não andam armados. Portanto, o controle no acesso às armas e na sua comercialização é imprescindível em qualquer política de prevenção da violência.

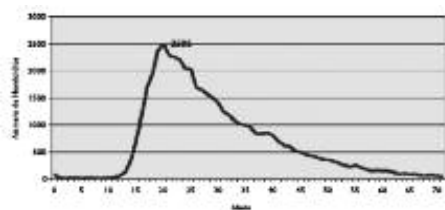
A outra questão diz respeito à construção da identidade masculina entre os jovens que devem fazer escolhas entre vários modelos. Há muitos estilos de masculinidade entre os migrantes de outros estados, entre os jovens da segunda geração de migrantes ou cariocas, entre os jovens negros, pretos, pardos ou mulatos, entre os jovens que ficam ociosos pelas vielas, ruas e praças da cidade ou os que participam de projetos esportivos e culturais, entre jovens que largam a escola e ficam sem perspectivas de futuro ou os que se disciplinam na escola e adotam os valores de vencer pelo mérito, pela dedicação e trabalho. Estes diferentes estilos convivem nas mesmas vizinhanças, mas os últimos podem ser atropelados naquelas em que a hipermasculinidade, o estilo dos traficantes, predomina.

Na hipermasculinidade, o consumo conspicuo define as novas identidades

masculinas bem sucedidas ou as novas imagens do homem bem-sucedido. Ajudar amigos, vizinhos e parentes com empréstimos em dinheiro, impressionar a todos com uma exibição de consumo conspicuo, jóias e roupas de marca dispendiosas no seu próprio corpo, gastar muito em festas e churrascos, em pagamento de bebidas em locais públicos e carros do ano servem para o jovem se impor, para adquirir respeito e consideração dos vizinhos e colegas. Para além disso, mas parte do mesmo padrão, há também a exibição da insensibilidade, da crueldade, que também aumenta o respeito (ou o medo) que inspiram nos demais. É o estilo que foi definido como o da masculinidade exacerbada ou exibição espetacular de protesto masculino em que os homens jovens que o adotam se tornam ameaça para a vizinhança e em que o Estado os estigmatiza como criminosos a serem reprimidos e presos. Este estilo tem sido muito bem estudado nos Estados Unidos, porque lá também é um problema a ser enfrentado nos projetos de prevenção da violência já em curso. No Brasil, é preciso prestar muito mais atenção no que está acontecendo com os jovens cada vez mais atraídos pelas práticas violentas nas quais os conflitos são resolvidos por meio da força física ou das armas de fogo, instrumentos da violência para impor sua vontade sobre os demais e deles extrair, pelo assalto, roubo ou extorsão, o dinheiro para adquirir os bens materiais que vão impressionar os pares.

Não é surpresa, neste quadro acima descrito, a curva dos homicídios no Brasil. Não resta a menor dúvida de que atinge sobretudo os mais jovens. A curva começa a subir aos 13 anos e só vai abaixar depois dos 40, 35 anos. O gráfico a seguir foi tirado do mapa da violência, que é um estudo sobre o jovem do Brasil da UNESCO.

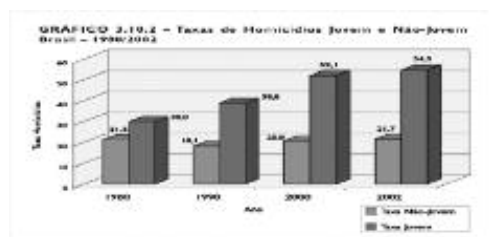
Gráfico 1



Fonte: Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil, UNESCO

O outro gráfico, também tirado do mesmo estudo, mostra que enquanto que entre os não-jovens a taxa permanece praticamente estabilizada entre 1980 e 2002, (quando o estudo foi terminado), tem-se uma taxa aumentando em quase 100% entre os mais jovens.

Gráfico 2

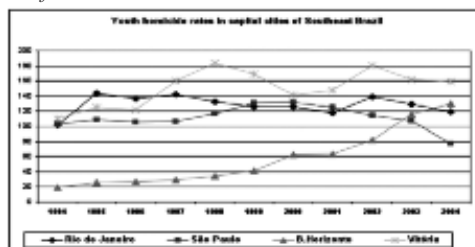


Fonte: Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil, UNESCO

Além disso, há um trabalho feito no NUPEVI (Núcleo de Pesquisa das Violências) do Instituto de Medicina social da UERJ, comparando as quatro capitais do Sudeste, a região com as mais altas taxas de homicídios do país. Entre 1994 e 2004 as tendências nestas capitais são muito diferentes e só podem ser explicadas pelo contexto social. Essas tendências estão presentes até hoje, embora em três das quatro capitais haja uma diminuição dos homicídios em ritmos diferentes: em São Paulo o ritmo foi extraordinário, enquanto que em Vitória e no Rio de Janeiro o decréscimo é bem menor, e em Belo Horizonte há um aumento notável na taxa.

Este gráfico é uma demonstração de como é complexa a explicação para a violência, obrigando a pensar em muitos fatores. O desarmamento ocorrido em 2004 não pode explicar tudo, nem a pobreza e a desigualdade tampouco. Até porque, se fossem explicações suficientes, não poderíamos entender nem as oscilações vistas no gráfico 3, nem por que as vítimas são homens várias vezes mais que as mulheres, por que são mais jovens também várias vezes mais do que os mais velhos. A pobreza é algo que afeta pessoas de diferentes gêneros e idades bem mais uniformemente.

Gráfico 3



Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde, Governo Federal

Quando se analisa as taxas de homicídio de homens entre 15 e 39 anos, faixa de idade que contém cerca de 80% das mortes por agressões no Rio de Janeiro, incluindo também as mortes resultantes dos confrontos com a polícia (denominadas autos de resistência) e não apenas aquelas que são classificadas oficialmente como homicídio, encontra-se taxas diferenciadas segundo a raça ou cor. A taxa entre os pretos e os pardos é quase três vezes maior do que a dos brancos (gráfico 4). Por quê? Uma interpretação admissível é que os pretos e pardos são mais vulneráveis à atração das quadrilhas onde entram na guerra de quadrilhas e contra a polícia para matar ou morrer. Isto por conta da vulnerabilidade dos jovens em áreas pobres com habitação

irregular, em que a repressão policial é muito mais violenta, com uso excessivo da força, além do já mencionado acesso às armas de fogo, trazidos por “mulas” ou policiais corruptos.

Gráfico 4



Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde, Governo Federal

Isso não quer dizer que haja no Brasil algo similar à segregação espacial em guetos existente nos Estados Unidos da América. Nessas pesquisas de vitimização feitas na cidade e nas favelas do Rio de Janeiro, assim como nas pesquisas do IBGE, temos que levar em conta que a cor ou a raça é auto-designada no Brasil, ou seja, a pessoa diz qual é a sua cor, qual é a sua raça. Isto quer dizer que não há coincidência entre o que é considerado branco no Brasil e o branco nos Estados Unidos, porque a nossa classificação é por marca e não por ascendência oficialmente registrada. O filho de uma pessoa preta, com a pele mais clara e outras características pode ser considerado branco. Além disso, há uma gradação de cores mais acentuada e, sobretudo, mais reconhecida por todos no Brasil. Em suma, o racismo nos Estados Unidos é claramente dicotômico (brancos e negros), enquanto o racismo no Brasil é hierárquico, visto que as gradações de cor têm importância na produção social da hierarquia considerando o que é considerado mais bonito, superior, de maior qualidade. Nas favelas do Rio de Janeiro, 45% das pessoas nas favelas se auto-classificam como brancas. 20% como

pretos, ao contrário da cidade como um todo em que 9% da população se auto-classifica de pretos e 34% de pardos ou mulatos e 56% de brancos. Ou seja, não se pode falar da favela como gueto racial ou dizer que explicação está na exclusão, sem precisar de que exclusão se fala.

Os próximos gráficos (5, 6 e 7) foram feitos a partir dos dados das pesquisas domiciliares de vitimização realizadas no NUPEVI na cidade do Rio de Janeiro em 2006 e nas favelas da mesma cidade em 2007, ambas com amostras aleatórias em três estágios. Escolhi a variável que talvez represente melhor o sofrimento atroz que a população do Rio de Janeiro tem de suportar por conta da situação que se estabeleceu na cidade: é a perda de parentes, amigos e vizinhos assassinados. A proporção de pessoas que perdeu pessoas assim próximas nos 12 meses anteriores à pesquisa está em torno de 5% da população. É muita gente com enorme sofrimento psíquico por conta dessas mortes. E a distribuição também é reveladora porque mostra exatamente como a renda, a localidade ou vizinhança indicada pelas Áreas de Planejamento da cidade, a idade interferem nas proporções. O percentual de pessoas com vizinhos assassinados correlaciona-se com a área de moradia; o percentual de pessoas com amigos assim mortos com a idade, pois são principalmente os jovens que perdem amigos; e o de pessoas com parentes trucidados, com a renda familiar.

Gráfico 5



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006, município do Rio de Janeiro

Gráfico 6



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006 município do Rio de Janeiro

Gráfico 7



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006 município do Rio de Janeiro

Mais impressionantes são as diferenças entre as favelas e o asfalto, ou as habitações classificadas como subnormais pelo IBGE, que são contabilizadas na categoria “favelas” pelo IBGE e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para diferenciar da cidade “normal” ou regular no que se refere à propriedade do solo e ao pagamento de imposto territorial urbano. Nas favelas, há quase o dobro de vizinhos assassinados em comparação com a cidade regular. Apenas nesta a teoria das janelas quebradas tem algum poder de explicação; na favela, nenhum.

Gráfico 8



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006 município do Rio de Janeiro

Gráfico 9



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006 município do Rio de Janeiro

Outros gráficos e tabelas mostram quais são os principais sinais vistos dentro das favelas de crimes – pessoas vendendo drogas, usando drogas, pessoas armadas brigando – deixando claro que a violência gira em torno do tráfico de drogas dentro das favelas, mas se espalha pela cidade também.

Tabela 1

	Cidade 2006	Favelas 2007
Pessoas agredindo fisicamente outras pessoas	16,8%	37%
Pessoas consumindo drogas ilegais na rua	27,1%	45%
Pessoas vendendo drogas ilegais na rua	33,0%	38%
Pessoas armadas brigando	33,8%	19%
Já via Pessoas sendo assaltadas nas ruas da vizinhança	36,1%	4,3%
Já via Pessoas da vizinhança levadas à força	2,0%	8,6%
Já via Pessoas sendo mortas por armas de fogo	9,9%	16,8%
Já via Policiais estourando ou letificando	6,4%	17,4%
Já via Policiais atirando sem provocação em pessoas	2,5%	13,8%
Assassinaram parentes	5,2%	5%
Assassinaram amigos	5,8%	8,9%
Assassinaram vizinhos	4,2%	6,5%

Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006, município do Rio de Janeiro  
Pesquisa Vitimização NUPEVI 2007, favelas do município do Rio de Janeiro

Ainda mais impressionante é a diferença de abordagem e tática policial na cidade regular em comparação com a favela. A percepção do uso excessivo da força, expresso pelos tiros dados sem provocação, segundo o entendimento dos moradores das favelas, é claramente maior nestas do que no resto da cidade, mas não igualmente em toda a cidade. Ela é mais evidente nas Áreas de Planejamento onde as favelas estão dominadas por traficantes do que nas em que as milícias dominam as favelas, como a AP4.

Gráfico 10

Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006,



município do Rio de Janeiro

Gráfico 11

Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2005-2006,



município do Rio de Janeiro

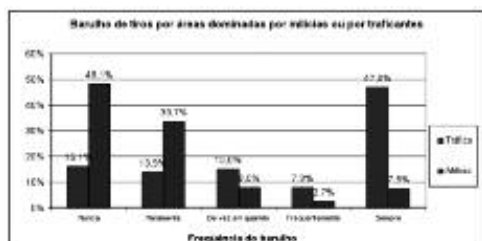
Outro diferencial importante na cidade é aquele proporcionado pelo tipo de segurança privada existente nas vizinhanças. Segundo os dados da pesquisa de vitimização de 2006, 25% das pessoas morando na cidade têm alguma forma de segurança privada. Nas favelas, como já foi amplamente divulgado pela mídia, as milícias são a forma de segurança, mas também os traficantes podem cobrar ou não pela “segurança” oferecida contra

assaltantes e outros predadores. É preciso, porém, não esquecer que os arranjos de segurança são muito variados: seguranças terceirizados e sem emprego regular nem uniforme nem treinamento na Polícia Federal, empregados uniformizados de empresas de segurança, empregados não uniformizados, traficantes pagos e não pagos, moradores que atuam como protetores da vizinhança sem nada cobrar, moradores que cobram, vigilantes informais, estes últimos moradores e vigilantes genericamente chamados de “milícias” pela mídia brasileira.

Segundo os dados da pesquisa feita apenas nas favelas em 2007, 71% delas são dominadas por traficantes e 28,9% são dominadas pelas milícias. Quando se compara experiências de violência -- tais como o barulho de tiros, pessoas armadas brigando, vizinhos ou amigos assassinados -- favelas dominadas por traficantes apresentam proporções sempre muito maiores. Com relação ao barulho de tiros, 47% das pessoas de 15 anos ou mais ouve e 7,9% freqüentemente, ao passo que onde domina milícia apenas 7,5% ouve sempre e 2,7% freqüentemente. A milícia consegue, portanto, diminuir essa violência armada, o que não quer dizer que realmente proteja a população e nunca se transforme em predadora dela. Não consegue diminuir, por exemplo, outro tipo de violência que é a agressão física: o percentual de homens e mulheres agredidos na vida toda é maior nas favelas com milícia, até porque as milícias usam muito da agressão física para controlar a área, punir usuários de drogas ou quem quer que se negue a obedecer suas ordens e exigências. Não se trata, pois, de concluir que a milícia resolve o problema de segurança da população favelada já que está contra o Estado de Direito e que favorece a

cobrança exagerada por outros bens e serviços que passam a ser vendidos pelos homens armados que a compõem.

Gráfico 12



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2007, favelas do município do Rio de Janeiro

Gráfico 13



Fonte: Pesquisa Vitimização NUPEVI 2007, favelas do município do Rio de Janeiro

Por fim, diante desses dados tão contundentes, pode-se discutir o que fazer em termos de medidas pró-ativas, medidas que previnam ou que se antecipem ao crime. Em primeiro lugar, é preciso pensar em como sustar esse fluxo das armas e munições que vão parar nas mãos dos jovens vulneráveis nas áreas mais pobres e onde a associação perversa entre traficantes e policiais corruptos as fazem tão facilmente acessíveis. Restringir o fluxo de armas para os locais mais perigosos e inseguros da cidade significa investigar melhor as redes de fornecedores de armas e drogas. O policiamento deveria ser orientado para interromper esse fluxo, no que se chama ‘gun-oriented policing’, uma medida usada em muitas cidades americanas para deter a entrada das armas e o treinamento dos jovens na crueldade e na violência.

Em segundo lugar, para que os obstáculos à entrada das armas dêem resultados mais duradouros, é preciso atentar também à socialização dos jovens de modo a reverter a atração que sentem pela dureza, pela crueldade, e pelo uso de armas para se afirmar como homens, ou seja, desarmá-los do instrumento e posturas da morte internamente, na sua formação subjetiva. É pela convivência e é pela observação in loco que os jovens aprendem com outros jovens que portam armas a ser cada vez mais cruéis, agressivos, durões, bárbaros; é com essas práticas instrumentalizadas pelas armas que eles vão adquirindo a disposição para matar ou ser agentes da morte. Infelizmente, alguns desses jovens chegam a aprender como usar armas pela presença de outros jovens que receberam treinamento nas Forças Armadas Brasileiras durante o serviço militar obrigatório, alguns dos quais se tornam membros das quadrilhas para exercer o papel de armeiros, outros que são constrangidos pelos traficantes a dar este treinamento.

Em terceiro lugar, as outras medidas de prevenção se referem à educação para a civilidade, ou seja, educar para desenvolver o orgulho de ser homem por respeitar os outros e não pela disposição de matar o semelhante, não por ser agressivo com o outro, mas por saber controlar suas emoções, por mostrar-se civilizado, por saber negociar através do diálogo, tal como é feito no esporte. Isto significa dissolver o desejo de matar nos seus corações e mentes. Tais medidas podem ser implementadas por meio de programas esportivos e culturais vicinais, coletivos e inter-geracionais. Ao envolver vizinhos de diferentes idades, principalmente os mais velhos, dá-se continuidade ao processo de socialização informal na vizinhança, base para a

construção de laços sociais de confiança e ajuda mútua. É fundamental juntar aqueles personagens mais antigos dessas vizinhanças, baluartes de outros valores, identidades e conquistas, que não têm tido oportunidade de passá-los adiante, com os jovens que se juntam e se fecham em quadrilhas, bandos, turmas, galeras.

Finalmente, mas não menos importante, a socialização na civilidade deveria ser feita em toda parte: na mídia, nas escolas, nos juizados, nos postos de saúde, nos hospitais. O Juizado Especial para a Infância e a Juventude vem praticando medidas nesta direção junto aos jovens e aos seus responsáveis, mas dever-se-ia também pensar em formas de fazer com que aconteça em toda parte no Brasil. Tais programas devem ter, sem dúvida, uma estratégia integrada para não se fragmentarem em muitas pequenas e intermitentes intervenções. Integrada também à escola e aos cursos de profissionalização, com qualidade para criar reais alternativas de emprego ou de trabalho autônomo que garanta uma renda compatível com a dignidade humana. É impossível construir o orgulho de ser civilizado sem isso. Mas é imprescindível ser civilizado e disposto ao diálogo para ter sucesso na escola e, posteriormente, em qualquer trabalho remunerado.